

A confusa numerologia do governo

Para acompanhar o noticiário da dívida externa, desde domingo, é preciso não apenas saber inglês técnico mas esquecer tudo o que se aprendeu de matemática. Nas confusas declarações das autoridades brasileiras US\$ 6,4 bilhões são o mesmo que US\$ 5,8 bilhões, que podem na verdade não passar de US\$ 5,6 bilhões e que acabam sendo US\$ 2,8 bilhões.

Quem estiver confuso tem razões para isto. O que os negociadores brasileiros apresentam como “desembolso dos bancos” e os mais entusiasmados batizam de “dinheiro novo”, na verdade é dinheiro para pagar os juros e não para financiar desenvolvimento brasileiro. Os bancos deixam de receber esta quantia que o Brasil teria que pagar pois emprestam para que possam receber do seu devedor. Este, de

resto, não teria mesmo dólares para saldar toda a dívida.

Num primeiro momento, o governo anunciou o “desembolso” dos bancos como sendo de US\$ 6,4 bilhões. Depois, informou que desse total descontavam-se US\$ 600 milhões, que iriam se transformar em créditos comerciais de curto prazo. Ou seja, empréstimos renováveis a cada 60 ou 90 dias. Esses US\$ 5,8 bilhões restantes são “brutos” e podem diminuir, explicou o ministro Mailson da Nóbrega. Se o Brasil conseguir que a nova taxa de risco (*spread*) mais baixa seja válida para todo o estoque da dívida externa do setor público, a necessidade de pagamentos ao exterior diminui. Nesse caso, o “desembolso” dos bancos pode cair para US\$ 5,6 bilhões, explicou o ministro. Essa questão — se o novo *spread* vale apenas para o empréstimo novo ou se para toda a dívida — é que os técnicos chamam de *carve out* a mais nova palavra no festival de termos técnicos em que se transformaram as reportagens sobre dívida externa.

Os técnicos na complicada questão da dívida externa garantem que quan-

do o governo fala em US\$ 5,8 bilhões, na verdade está falando de US\$ 2,8 bilhões. Isto porque seria necessário descontar do total os US\$ 3 bilhões do acordo provisório assinado pelo então negociador da dívida Fernão Bracher no final do ano passado para quitação de parte dos juros de 87, não pagos por causa da moratória. Desses US\$ 3 bilhões só foram desembolsa dos pelos bancos US\$ 955 milhões até agora. O resto será desembolsado apenas em junho, justamente a época em que terão que ser pagos todos os US\$ 3 bilhões. Os técnicos de fora do governo argumentam, com uma certa razão, que o desembolso dos bancos do acordo fechado agora será exatamente na mesma época — junho — sendo portanto apenas uma operação contábil. Essas US\$ 3 bilhões seriam descontados do total de US\$ 5,8 bilhões.

Agora, apareceu outra novidade. O governo começou a falar de empréstimo-ponte para pagar os juros de abril, maio e junho. Na verdade, é apenas um adiantamento de parte dos US\$ 5,8 bilhões para que o Brasil possa manter os juros em dia.